



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE – ICS
BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

SANDY VELOSO LIMA

**FUNDO AMAZÔNIA E PRÁTICAS PRODUTIVAS:
UMA ABORDAGEM DOCUMENTAL NA REGIÃO DO XINGU (PA)**

**SANTARÉM-PA
2025**

SANDY VELOSO LIMA

**FUNDO AMAZÔNIA E PRÁTICAS PRODUTIVAS:
UMA ABORDAGEM DOCUMENTAL NA REGIÃO DO XINGU (PA)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.
Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Franciclei Burlamaque Maciel

**SANTARÉM-PA
2025**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

- L732f Lima, Sandy Veloso
 Fundo Amazônia e práticas produtivas: uma abordagem documental na Região do Xingú (PA). / Sandy Veloso Lima. - Santarém, 2025.
 33 p. : il.
 Inclui bibliografias.
- Orientador: Franciclei Burlamaque Maciel.
 Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.
1. Fundo Amazônia. 2. Governança. 3. Práticas produtivas sustentáveis. I. Maciel, Franciclei Burlamaque, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 333.72098115



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**ATA DE DEFESA PÚBLICA DE MONOGRAFIA DO CURSO DE BACHARELADO EM
GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

No quarto dia do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, às 15.00 horas, realizou-se a Defesa Pública na sala 321, no campus Tapajós -Santarém-PA da Monografia do(a) acadêmico(a) **SANDY VELOSO LIMA** (matrícula: 2021013425), intitulada: **FUNDO AMAZÔNIA E PRÁTICAS PRODUTIVAS: UMA ABORDAGEM DOCUMENTAL NA REGIÃO DO XINGU (PA)**, sob orientação do(a) Prof.(a) Franciclei Burlamaque Maciel que compôs a banca examinadora com os professores(as) Évani Larisse dos Santos Carvalho e Ênio Erasmo de Oliveira Ramalho. O (a) presidente fez a abertura do trabalho com a apresentação dos componentes da banca e do(a) discente e atribuiu o tempo de vinte a vinte e cinco minutos para a apresentação do trabalho. Após a apresentação, seguiu-se as considerações e arguição da banca e as respostas do(a) discente. Posteriormente, a comissão reuniu-se para deliberar e apresentou o parecer final com a nota 9,0, atribuindo vinte dias corridos para que o(a) discente entregue a versão final corrigida na biblioteca. Nada mais havendo a tratar, eu, Prof.(a) Franciclei Burlamaque Maciel, lavrei a presente ata que, após ser lida, será assinada pelos membros da banca.

Prof.(a) Franciclei Burlamaque Maciel – Orientador(a)

Prof.(a) Évani Larisse dos Santos Carvalho – Membro da banca

Prof.(a) Ênio Erasmo de Oliveira Ramalho – Membro da banca

Sandy Veloso Lima – Discente

*Aos meus pais, Maria Sônia e José, e
à minha avó, Maria do Socorro (in
memoriam), por semearem em mim o
sonho da graduação, semente que,
com o tempo, germinou.*

AGRADECIMENTO

Agradeço, primeiramente a Deus, por ter me conduzido até este momento tão grandioso da minha vida.

Agradeço à minha orientadora, Franciclei, por ter sido luz durante todo o processo, pelos incentivos e pelas palavras de conforto quando tudo parecia não fluir.

Agradeço à minha mãe, Maria Sônia, que sempre me incentivou a sonhar grande e acreditar, e que, com o tempo, me mostrou que sonhos são possíveis.

Agradeço ao meu pai, José, pelo apoio e incentivo durante essa trajetória.

Agradeço aos meus irmãos, Hércules e Sâmily, por acreditarem em mim, pelo apoio e incentivo ao longo dessa jornada.

Agradeço ao meu padrasto, Jadeilson, pelo incentivo e apoio constantes.

Agradeço à minha prima Ana Cristina, e à minha avó, Maria do Socorro (*in memoriam*), por todo o carinho e encorajamento.

Agradeço ao meu namorado, Eduardo, pelo amor, companheirismo, incentivo e apoio incondicional antes e durante a escrita desta pesquisa.

Agradeço à Raiza e ao Wesley, pelo ombro amigo e incentivo ao longo dessa trajetória. Estendo os agradecimentos aos meus demais amigos de Anapu que, de alguma forma, contribuíram para que eu chegasse até aqui.

Agradeço aos amigos que fiz em Santarém, em especial, Victor, Poliana e José, por tornarem essa etapa mais leve.

Agradeço às minhas amigas de graduação, Alessandra, Daniela e Milene, que muitas vezes, mesmo sem perceber, me incentivaram a continuar.

Agradeço aos meus professores, por toda a dedicação e comprometimento com o ensino.

E, por último, mas não menos importante, um agradecimento especial à UFOPA, por tornar realidade este sonho que, por muito tempo, pareceu tão distante.

RESUMO

O estudo aborda o Fundo Amazônia, importante instrumento de financiamento de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável para o bioma amazônico. O objetivo da pesquisa é analisar de que forma o Fundo contribui para o fortalecimento de experiências produtivas na região do Xingu. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, com base na leitura crítica de relatórios oficiais do Fundo Amazônia. A análise dos dados foi orientada pela identificação dos principais elementos da governança policêntrica do Fundo e pela descrição de projeto financiado e implementado na região do Xingu no Estado do Pará. O projeto Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu promoveu o fortalecimento de cadeias produtivas florestais na região, beneficiando comunidades indígenas, extrativistas e rurais. Destacam-se o reflorestamento de mais de 2 mil hectares, a capacitação de 1.327 pessoas e o apoio técnico a 1.642 famílias. Desafios como o prazo limitado de execução do projeto, a dificuldade de atuar em diferentes territórios e a falta de capital de giro, evidenciam a importância de adotar estratégias de longo prazo. Conclui-se que, mecanismos como o Fundo Amazônia são essenciais não apenas pelo financiamento, mas também por estimular arranjos de governança inclusivos, descentralizados e territorialmente enraizados.

Palavras-Chave: Fundo Amazônia; Governança; Práticas produtivas sustentáveis.

ABSTRACT

The study addresses the Amazon Fund, an important financing instrument for environmental conservation and sustainable development for the Amazon biome. The objective of the research is to analyze how the Fund contributes to the strengthening of productive experiences in the Xingu region. The research adopts a qualitative, descriptive and exploratory approach, based on the critical reading of official reports of the Amazon Fund. The data analysis was guided by the identification of the main elements of the Fund's polycentric governance and the description of the project financed and implemented in the Xingu region in the State of Pará. The Productive Sociobiodiversity project in Xingu promoted the strengthening of forest production chains in the region, benefiting indigenous, extractivist and rural communities. Among the results, the reforestation of more than 2,000 hectares, the training of 1,327 people and the technical support to 1,642 families stand out. Challenges such as the limited term of project execution, the difficulty of operating in different territories and the lack of working capital, show the importance of adopting long-term strategies. It is concluded that mechanisms such as the Amazon Fund are essential not only for financing, but also for stimulating inclusive, decentralized and territorially rooted governance arrangements

Keywords: Amazon Fund; Governance; Sustainable productive practices.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2. FUNDO AMAZÔNIA: HISTÓRICO, ESTRUTURA E GOVERNANÇA	10
3. A GOVERNANÇA DO FUNDO AMAZÔNIA	14
4. PRÁTICAS PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS NO CONTEXTO AMAZÔNICO	17
5 RESULTADO E DISCUSSÃO.....	18
5.1 Caracterização da Experiência de Investimento do Fundo Amazônia no Xingu	18
5.2 Potencial Contributivo para o Fortalecimento de Práticas Produtivas Sustentáveis e Governança Regional.....	22
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	27
ANEXOS.....	31

1 INTRODUÇÃO

O Fundo Amazônia constitui uma das mais relevantes iniciativas de financiamento voltadas à promoção da conservação ambiental e o fortalecimento das práticas produtivas na região amazônica brasileira. Seus recursos têm apoiado experiências locais capazes de aliar geração de renda, uso sustentável dos recursos naturais e fortalecimento institucional das populações tradicionais (BNDES, 2013).

Na região do Xingu, marcada por desafios históricos relacionados ao desmatamento e à vulnerabilidade socioeconômica (Franco; Souza; Lima, 2018), investimentos do Fundo têm fomentado cadeias produtivas baseadas no extrativismo sustentável e na valorização da floresta em pé (BNDES, 2013). Compreender como essas experiências se estruturam, de que maneira se relacionam com os mecanismos de gestão do Fundo e quais lições oferecem para práticas produtivas e a governança ambiental é essencial para refletir sobre caminhos possíveis de fortalecimento de práticas produtivas sustentáveis na região.

O Fundo Amazônia, criado em 2008 pelo Governo Federal, surge como uma iniciativa inovadora que visa reunir e gerenciar recursos provenientes de contribuições voluntárias para combater o desmatamento e incentivar o desenvolvimento sustentável no bioma amazônico (Marcovitchi; Pinsky, 2014). Uma vez que, a Amazônia tem passado por processos de exploração e superexploração desde o início de sua ocupação (Becker, 2005), incluindo o desmatamento para expansão de áreas destinadas à pecuária, a implementação de grandes projetos, extração madeireira e demais atividades norteadas, sobretudo, por interesses econômicos.

Nesse sentido, este trabalho busca compreender como os mecanismos de governança e investimentos do Fundo Amazônia tem contribuído para fortalecer experiências produtivas na região do Xingu? Face ao contexto brevemente apresentado, o objetivo geral deste estudo é compreender como os mecanismos de governança e investimentos do Fundo Amazônia tem contribuído para fortalecer experiências produtivas na região do Xingu. Para alcançar o objetivo geral, esta pesquisa se propõe a responder os seguintes objetivos específicos:

- a) Caracterizar os principais mecanismos de funcionamento e governança do Fundo Amazônia, destacando sua forma de gestão e distribuição de recursos;
- b) Descrever e analisar a experiência do investimento do Fundo Amazônia na região do Xingu;
- c) Refletir sobre como essa experiência pode contribuir para fortalecer práticas produtivas sustentáveis e a governança em nível regional.

A justificativa acadêmica da pesquisa, pauta-se na contribuição para o estudo de instrumentos de conservação ambiental, como o Fundo Amazônia. No âmbito social, a pesquisa é relevante por tratar de uma região historicamente marcada pela exploração desordenada de seus recursos naturais (Gouvêa, 2024). Os modelos exógenos de desenvolvimento impostos à Amazônia deixaram impactos profundos, ainda perceptíveis nas dinâmicas territoriais e sociais (Becker, 2001).

A pesquisa ainda se alinha aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a saber: ODS 12 “assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis” e ODS 15 “proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade”.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratória e descritiva (Gil, 2008), fundamentada na revisão da literatura sobre o Fundo Amazônia, complementada por uma análise documental do relatório oficial do projeto implementado na região do Xingu, dos contratos e aditivos (BNDES, 2013). O relatório refere-se ao ano de 2018, foi organizado pelo Instituto Socioambiental (ISA), com o objetivo de avaliar os resultados obtidos pelo projeto Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu.

A parte documental foi desenvolvida por meio da leitura crítica de relatórios oficiais disponíveis no site do Fundo Amazônia/BNDES (BNDES, 2013) entre os anos de 2009 e 2024, além de outros materiais de domínio público, com o objetivo de identificar: o tipo de investimento realizado; os objetivos do projeto; as ações executadas; os resultados esperados ou alcançados. Para fins de contextualização e articulação conceitual, foram incorporadas breves referências sobre a importância do Fundo Amazônia.

A análise dos dados foi orientada pela identificação dos principais elementos da governança policêntrica do Fundo e pela descrição de projeto

financiado e implementado na região do Xingu, no Estado do Pará. Essa dimensão prática foi realizada com a análise de fontes secundárias, como documentos e relatórios oficiais e informações disponíveis em portais oficiais, como o BNDES. Essa estratégia metodológica permite articular os fundamentos conceituais com os elementos concretos de uma experiência institucional já documentada, contribuindo para a compreensão dos desafios e possibilidades da política ambiental na região.

Esta introdução é seguida do referencial teórico, que aborda o histórico, a estrutura e os mecanismos de governança do Fundo Amazônia, além das práticas produtivas sustentáveis no contexto Amazônico. Em seguida, o trabalho avança para o resultado e discussão, com foco na experiência do Fundo na região do Xingu. Por fim, são apresentadas as considerações finais e as referências bibliográficas.

2. FUNDO AMAZÔNIA: HISTÓRICO, ESTRUTURA E GOVERNANÇA

Em 1992, o Brasil sediou a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Rio-92), na qual foram estabelecidos tratados que abordam questões ambientais, com destaque especial para a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, em inglês). A UNFCCC foi aprovada por 197 nações, reconhecendo que as alterações climáticas são uma realidade impulsionada por ações humanas, como o desflorestamento e a queima de combustíveis fósseis (Areal, 2020).

O desmatamento sobretudo, na Amazônia Legal brasileira, gera grande parte das emissões de gases de efeito estufa e está intimamente associado a interesses econômicos (Moutinho *et al.*, 2011). A expansão agrícola, pecuária e exploração madeireira, são atividades que para os sujeitos que as empreendem, geram maior rentabilidade do que utilizar a floresta de modo sustentável (BNDES, 2009).

O Fundo Amazônia é uma iniciativa pioneira de cooperação internacional de financiamento climático pautado em pagamentos por resultados da Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa oriundos do Desmatamento e da Degradação Florestal (REDD+) e a motivação de sua criação surgiu em 2007, no decorrer da 13ª Conferência das Partes (COP-13) da UNFCCC, proposta pelo

governo federal e pesquisadores (Marcovitch; Pinsky, 2020). Para operacionalizar essa iniciativa, em 2008, por meio do Decreto Presidencial nº 6.527 de 1º de agosto, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi autorizado a instituir o Fundo e geri-lo (BRASIL, 2008). O BNDES enquanto órgão gestor, é responsável por captar e aplicar os recursos, acompanhar e monitorar ações e projetos apoiados, assim como ser transparente em relação aos resultados obtidos pelos financiamentos (Kadri *et al.*, 2020).

O Fundo Amazônia foi criado com o objetivo de receber doações para apoiar projetos com investimentos não-reembolsáveis que busquem prevenir, monitorar e combater o desmatamento, além de promover o uso sustentável do Bioma Amazônia (BNDES, 2013). De acordo com o decreto originário do Fundo, até 20% dos financiamentos podem ser destinados a outros biomas do Brasil e florestas tropicais de outros países, a fim de apoiar instrumentos de controle e monitoramento do desmatamento (Kadri *et al.*, 2020).

Como aponta Guimarães (2014), o Fundo ainda colabora para atingir metas do Plano Nacional Sobre Mudanças do Clima (PNMC), sobretudo, a meta 4: “Buscar a redução sustentada das taxas de desmatamento, em sua média quadrienal, em todos os biomas brasileiros, até que se atinja o desmatamento ilegal zero”. Cabe mencionar que o PNMC foi implementado com o objetivo de identificar, planejar e coordenar iniciativas e estratégias que possibilitem a mitigação de gases de efeito estufa originadas no Brasil (MMA, 2008).

O Fundo Amazônia apoia projetos voltados para sete áreas temáticas, estabelecidas no artigo 1º do Decreto nº 6.527/2008 (BRASIL, 2008), com alteração da quarta área temática, que antes contemplava o uso sustentável da floresta e agora contempla o uso sustentável da vegetação, por meio do Decreto nº 8.773/2016 (BRASIL, 2016).

- i. gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
- ii. controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- iii. manejo florestal sustentável;
- iv. atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação;
- v. Zoneamento Ecológico e Econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária;
- vi. conservação e uso sustentável da biodiversidade e

vii. recuperação de áreas desmatadas.

Com o intuito de melhorar a distribuição e potencializar a capacidade operacional, essas áreas são agrupadas em quatro categorias maiores sendo elas: 1. Fomento a atividades produtivas sustentáveis; 2. Conservação e proteção de Florestas Públicas e Áreas Protegidas; 3. Desenvolvimento científico e tecnológico; 4. Modernização e desenvolvimento institucional (órgãos atuantes na Região Amazônica) (BNDES, 2009). Mais adiante, o presente trabalho enfatiza a 1ª categoria: “Fomento a atividades produtivas sustentáveis”.

Inicialmente, para receber apoio financeiro do Fundo, os projetos deveriam estar alinhados com o Plano Amazônia Sustentável (PAS), o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), os Planos Estaduais de Combate ao Desmatamento, as diretrizes e os critérios estabelecidos pelo Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA), além das Políticas Operacionais do BNDES (BNDES, 2009).

O PAS é uma política governamental e tem como finalidade delinear estratégias de longo prazo que busquem desenvolver a região amazônica, através de ações voltadas para diminuir as desigualdades sociais, por meio da geração de emprego e renda, assim como a utilização dos recursos naturais de forma sustentável. Para isso, abrange quatro eixos temáticos: i) produção sustentável com inovação e competitividade; ii) gestão ambiental e ordenamento territorial; iii) inclusão social e cidadania e; iv) infraestrutura para o desenvolvimento (Alvarez, 2016). Já o PPCDAm, criado em 2004 como resposta ao aumento do desmatamento, é reconhecido como a principal política voltada para mitigar as taxas de desmatamento na Amazônia Legal. O plano atua em três eixos: (i) ordenamento territorial e fundiário, (ii) monitoramento e controle, e (iii) fomento a atividades produtivas sustentáveis (Alvarez, 2016).

Os Planos Estaduais de Prevenção e Combate ao Desmatamento (PPCD) foram elaborados a fim de atingir as metas estabelecidas no PPCDAm, abrangendo ações em ordenamento territorial; controle ambiental e fomento às atividades produtivas sustentáveis. Para orientar a destinação dos recursos, o COFA, estabeleceu as diretrizes e os critérios que definem quem pode receber os recursos, quais projetos são prioritários, quais condicionantes devem ser cumpridas pelos projetos, de que forma os recursos poderão ser utilizados, suas limitações e restrições (BNDES, 2009). Além disso, o comitê também tem a função de garantir que os projetos apoiados pelo Fundo, estejam alinhados ao

PPCDAm e à Estratégia Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoque de Carbono Florestal (ENREDD+) (Kadri; Pimenta, 2018).

Em 2017, houve a inclusão de políticas públicas implementadas entre os anos de 2016 e 2017. Permaneceu o alinhamento com o PPCDAm e com os PPCD. Por outro lado, a exigência de alinhamento com o PAS foi retirada. Em contrapartida, acrescentou-se o alinhamento à Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Proveg) e à ENREDD+ (Kadri; Pimenta, 2018). Para esses autores, a Estratégia Nacional é um incremento da diretriz de REDD+ e visa reduzir as mudanças climáticas através da extinção do desmatamento ilegal, com ações voltadas para conservação e recuperação de ecossistemas florestais, gerando bem-estar econômico e social. Para isso, atua em três categorias: i) coordenação de políticas públicas de mudança do clima, biodiversidade e florestas, incluindo salvaguardas; (ii) mensuração, relato e verificação de resultados (MRV); (iii) captação de recursos de pagamento por resultados de REDD+ e distribuição de benefícios.

Já o Proveg, possui objetivos voltados para articular, integrar e promover políticas, programas e ações indutoras da recuperação de florestas e demais formas de vegetação nativa; e impulsionar a regularização ambiental das propriedades rurais brasileiras, nos termos da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, em área total de, no mínimo, doze milhões de hectares, até 31 de dezembro de 2030 (Kadri; Pimenta, 2018). Em síntese, o PPCDAm, a ENREDD+ e os PPCD são as políticas públicas orientadoras do Fundo Amazônia e colaboram para que alcance a sua finalidade (BNDES, 2019).

Desde a sua criação, os principais financiadores foram a Noruega, a Alemanha e a empresa Petrobras, que iniciaram suas doações em 2009, 2010 e 2011 respectivamente (BNDES, 2012). Entretanto, a crise ambiental brasileira de 2019 e o esforço do Governo Bolsonaro em modificar regras já estabelecidas visando atender a interesse próprio, motivou os países doadores a suspenderem os repasses ao Fundo, o que resultou em sua paralisação entre 2019 e 2022, bem como a extinção do COFA e do Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA) (Guimarães, M., 2023). Assim, de acordo com Neto (2023), a descontinuação

das atividades do Fundo favoreceu o crescimento do desmatamento na Amazônia Legal durante esse período.

Com a posse do Governo Lula, o ano de 2023 marcou a retomada e o fortalecimento do Fundo Amazônia, com os anúncios de novos contratos assinados e novas doações. Além dos países que já apoiavam o Fundo (Noruega e Alemanha) e a empresa Petrobras, países como Estados Unidos, Reino Unido, Suíça, União Europeia e Dinamarca fizeram parte desse novo ciclo. Adicionalmente, o Japão foi o primeiro país asiático a demonstrar interesse em apoiar o Fundo Amazônia e teve sua doação formalizada em 2024 (BNDES, 2023).

Tabela 1 – Novos contratos assinados e novas doações anunciadas

NOVOS CONTRATOS ASSINADOS		ANÚNCIOS DE NOVAS DOAÇÕES	
PAÍSES	VALOR	PAÍSES	VALOR
Reino Unido	R\$ 497 milhões	Estados Unidos	R\$ 2.435 milhões
Alemanha	R\$ 186 milhões	Noruega	R\$ 245 milhões
Suíça	R\$ 28 milhões	Reino Unido	R\$ 218 milhões
Estados Unidos	R\$ 15 milhões	União Européia	R\$ 107 milhões
		Dinamarca	R\$ 107 milhões
		Japão	R\$ 15 milhões
Total	R\$ 726 milhões	Total	R\$ 3,1 bilhões

Fonte: elaborado pela autora a partir do Relatório Anual de Atividades do FA (2023)

Esse novo ciclo de anúncios e doações evidencia a importância do Fundo para o contexto internacional e a convicção na agenda socioambiental do Brasil (BNDES, 2023).

3. A GOVERNANÇA DO FUNDO AMAZÔNIA

A governança está relacionada a mecanismos, ações e normas que possibilitam, através de comunidades e entidades da sociedade civil, a participação social nas estruturas do Estado, nas políticas públicas e no setor econômico, com o intuito de alcançar interesses coletivos (Jacobi; Sinisgalli, 2012). Nesse contexto, a governança decorre da articulação entre a sociedade civil e as organizações públicas e privadas, voltada para o gerenciamento de desafios coletivos (Comissão sobre Governança Global, 1996).

No setor público, a governança desempenha um papel fundamental. Inclui boas práticas norteadas pela eficiência, legitimidade, transparência e participação social nas decisões do Estado, fortalecendo assim o caráter

democrático das políticas públicas (Neto, 2023). Nesse sentido, Oliveira (2015) define a governança como o conjunto de arranjos institucionais que viabilizam a participação social nas escolhas governamentais, orientadas pelo princípio da eficiência e fiscalizadas pela administração pública e pela sociedade civil.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Dias; Matos, 2017), uma boa governança garante que as escolhas públicas reflitam no interesse da coletividade, incluindo populações marginalizadas nos processos decisórios. Além disso, o programa destaca dez características fundamentais da boa governança: participação, Estado de Direito, transparência, receptividade, orientação de consenso, equidade, eficácia e eficiência, prestação de contas e visão estratégica. Esses aspectos se complementam e atuam de forma conjunta, criando um efeito em cadeia que fortalece o funcionamento das instituições e a confiança da sociedade (Dias; Matos, 2017).

Não menos importante, a governança ambiental se refere à efetivação de políticas públicas que atendam às expectativas da sociedade, envolvendo o Estado, mercado e demais instituições, com objetivo de promover o bem-estar e a conservação ambiental (Jacobi; Sinisgalli, 2012). Nesse mesmo sentido, sob perspectiva de Simas *et al.* (2024), a governança ambiental se relaciona aos processos ambientais que envolvem as instituições responsáveis por representar, elaborar ações e tomar decisões que visam o bem-estar ambiental, incluindo a participação governamental, dos povos indígenas e outras instituições sociais. Cabe destacar, que é necessário priorizar os agentes sociais que atuam de maneira coletiva para que haja uma governança ambiental eficaz (Araújo, 2021).

Nesse sentido, surge o conceito de governança policêntrica que articula múltiplos atores – públicos, privados e da sociedade civil – em diversas discussões (Silva, 2006). O estudo de Silva (2006) salienta que a governança policêntrica tem ao menos três significados centrais. O primeiro relaciona-se com a descentralização do poder, o segundo está atrelado à pluralidade de atores e o terceiro diz respeito à inserção de novas pautas à discussão pública e demandas da sociedade civil. A governança do Fundo Amazônia pode ser entendida como policêntrica, pois funciona de maneira colaborativa (Kadri *et al.*, 2020), como veremos adiante.

O Decreto nº 6.527/2008 que autorizou a implementação do Fundo, também estabeleceu o seu modelo de governança, que inicialmente era

composto pelo COFA e o Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA) (Neto, 2023). O COFA era constituído por representantes de órgãos governamentais federais e estaduais, além de membros da sociedade civil, cuja principal função era delinear as diretrizes e critérios pertinentes à destinação de recursos, enquanto o CTFA era composto por especialistas designados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), e por sua vez, foi encarregado de certificar as Emissões de Carbono resultantes do Desmatamento (ED) (Neto, 2023).

O papel do BNDES enquanto órgão gestor é gerir os recursos, avaliar e acompanhar os projetos apoiados pelo Fundo, tornar público os resultados e contratar empresas de auditorias autônomas (Guimarães, 2014; Neto, 2023). Acerca da auditoria, sua atuação visa garantir a transparência em relação aos recursos aplicados pelo Fundo, embora não haja instrumentos de transparência instituídos no decreto que o criou, é possível encontrar os dados em seu site oficial, na seção transparência, que engloba dados sobre as doações, auditorias, relatórios anuais e informe de carteira, afirmam os autores.

Nota-se que a governança adotada pelo BNDES para implementar o Fundo Amazônia, apresenta características de uma boa governança como a participação social, prestação de contas e transparência. Contudo, o excessivo número de membros no COFA torna difícil a realização de reuniões periódicas, devido à indisponibilidade de agendas. As sessões são extensas e burocráticas. Como ocorrem apenas a cada seis meses, o comitê configura-se como consultivo, estabelecendo orientações gerais e ajustes significativos ao longo do tempo. Entretanto, não possui atuação direta no cotidiano do Fundo, raramente interage com o BNDES fora das reuniões e pouco conhece, *in loco*, os projetos financiados (Guimarães, 2014), complementarmente, de acordo com Marcovitchi e Pinsky (2019), o COFA não realizou nenhuma reunião no ano de 2012, e no ano de 2018 apenas uma, contrariando o seu regimento que estabelece ao menos uma reunião a cada semestre. Os autores argumentam que isso representa uma fragilidade na governança do Fundo, considerando que o COFA é quem norteia a sua tomada de decisão.

Em relação ao CTFA, Guimarães (2014) argumenta que, apesar do interesse dos membros em participar ativamente da efetividade do Fundo, o comitê possui limitações, uma vez que sua atuação se restringe em apenas ratificar informações referentes às quantidades de emissões reduzidas. Além disso, o autor aponta que, o BNDES gere o Fundo de forma engessada, ou seja,

com foco no controle financeiro e operacional, sem muitas atuações estratégicas nos projetos financiados. Além disso, o BNDES segue o mesmo padrão de aprovação e avaliação de outros projetos financiados pelo banco para os projetos do Fundo Amazônia. Ademais, falta conhecimento sobre a realidade amazônica por parte da equipe técnica do BNDES, o que compromete a execução do Fundo, além da má vontade do banco em mudar esse contexto (Pinto, 2018).

Relacionada à capilaridade dos recursos, o estudo de Kadri e Pimenta (2018) aponta que esse foi um dos grandes desafios enfrentados pelo BNDES na região amazônica, durante a implementação do Fundo. Buscando diminuir os custos operacionais e expandir a abrangência do Fundo na região, o Banco adotou o modelo de parcerias com os aglutinadores. Através dessa parceria, o Fundo Amazônia destina grande parte do recurso a um menor número de instituições, pois, seleciona organizações mais desenvolvidas institucionalmente para financiar, e estas instituições vão articular com outros atores (instituições menores) para desenvolver projetos e subprojetos (Costa, 2024). Entretanto, apesar de ser eficaz em relação à execução de projetos, esse financiamento concentrado nas aglutinadoras limita a inclusão de pequenas instituições e comunidades locais, as quais tem pouco recursos e apoios diminuindo a diversidade de iniciativas e a capilaridade dos recursos.

4. PRÁTICAS PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS NO CONTEXTO AMAZÔNICO

Por muito tempo, a Amazônia foi considerada um grande vazio demográfico (Silva; Pena; Oliveira, 2015). O processo de ocupação imposto para a região, conforme destaca Becker (2001), originou-se de um modelo exógeno, no qual o governo brasileiro buscou implementar políticas públicas de infraestrutura para integrar a região. Esse processo ocupacional é apontado por intelectuais como desordenado e predatório. As expressões “integrar para não entregar” e “homens sem-terra para terra sem homens” demonstravam o interesse militar em ocupar a região, associando o povoamento à proteção nacional. A ocupação é considerada desordenada pela falta de planejamento e predatória pela ausência de controle do Estado durante esse processo (Silva; Pena; Oliveira, 2015).

Esse contexto resultou no uso desenfreado dos recursos naturais da região, através de atividades como a exploração ilegal de madeira, mineração ilegal, grilagem de terras e o desmatamento (Gouvêa, 2024). Para que ocorra a mudança desse cenário, é fundamental que a floresta em pé se torne economicamente mais vantajosa do que atividades como a pecuária, cultivo de soja e a exploração madeireira (Becker, 2005).

Nesse sentido, o fomento a atividades produtivas sustentáveis é essencial. O Manejo Florestal Comunitário e Familiar (MFCF) por exemplo, contribui para a conservação da floresta e auxilia no combate ao desmatamento (Ehringhaus, 2012). Além dessa prática, a agricultura familiar também se apresenta como um caminho viável para o desenvolvimento sustentável na Amazônia, nessa região, essa atividade é composta por pequenos produtores rurais (Moura, 2021; Júnior, 2020). Algumas das práticas sustentáveis adotadas por esses agricultores envolvem os sistemas agroflorestais, compostagem e rotação de culturas (Silva, E., 2018). Contudo, a atividade apresenta desafios relacionados à ausência de suporte técnico, estrutura física e financiamento, o que afeta o potencial produtivo e o retorno financeiro dos agricultores familiares (Oliveira, M., 2020).

Estimular a comercialização internacional de produtos da floresta, como peixes, açaí e a castanha-do-pará, bem como produtos de sistemas agroflorestais como a pimenta-do-reino e o cacau, também seria um caminho viável para o desenvolvimento sustentável na região, mantendo a floresta em pé (Amazônia 2030, 2023).

5 RESULTADO E DISCUSSÃO

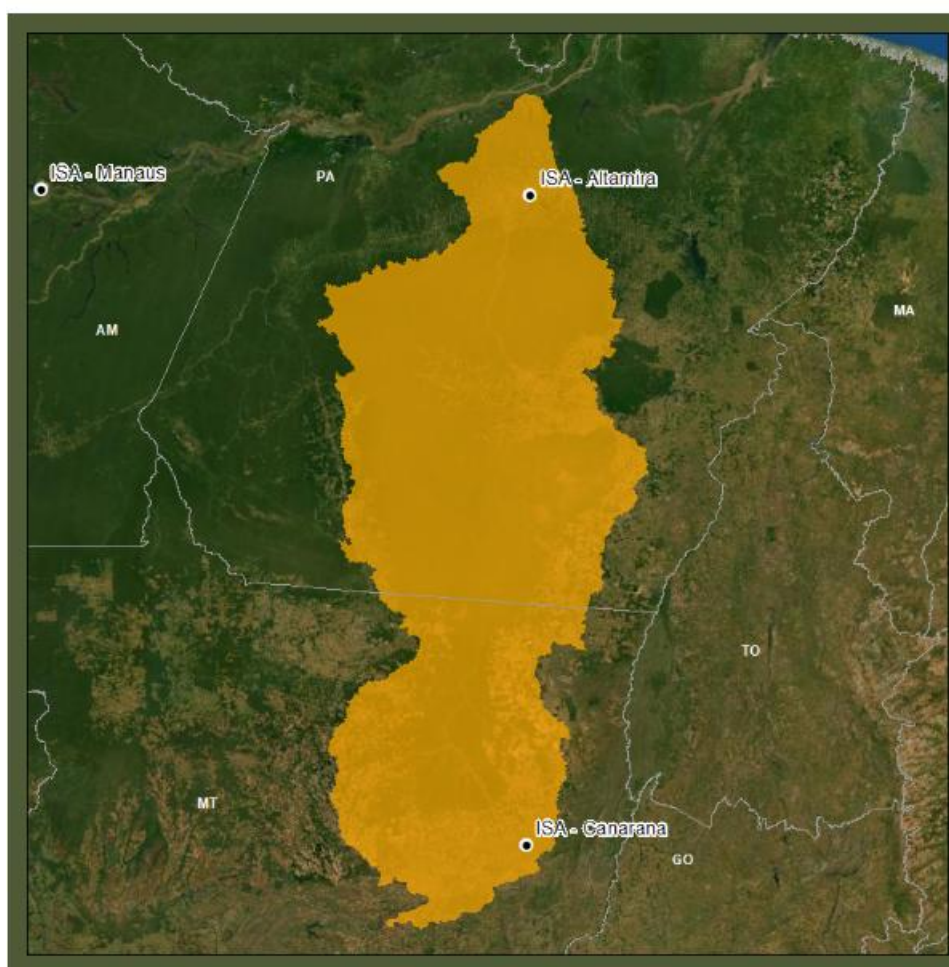
5.1 Caracterização da Experiência de Investimento do Fundo Amazônia no Xingu

O Fundo Amazônia apoia diversas iniciativas no estado do Pará. Dentre elas, o projeto Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu, de responsabilidade do Instituto Socioambiental (ISA) (BNDES, 2019) que será abordado nessa seção.

Aprovado no âmbito da chamada pública do Fundo Amazônia, voltada para projetos produtivos sustentáveis, a iniciativa fez parte da categoria de

projetos aglutinados do Fundo, sendo realizada por 12 aglutinadas (oito associações comunitárias – indígenas, extrativistas e rurais, e quatro ONGs da área socioambiental), na Bacia do Rio Xingu que abrange os estados do Mato Grosso (MT) e Pará (PA), tendo como aglutinador das ações o ISA (BNDES, 2018, 2019). O projeto Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu, foi executado na área de atuação do ISA (Bacia do Rio Xingu (Figura 1), no período de 2014 a 2019 e o apoio desembolsado pelo Fundo Amazônia para a iniciativa foi de R\$ 8.023.856,00 (BNDES, 2018, 2019).

Figura 1 – Área de atuação do ISA (Bacia do Rio Xingu).



Fonte: www.socioambiental.org.br

O projeto teve como objetivo principal viabilizar a organização institucional e produtiva voltada para cadeias de valor, com foco nas sementes e mudas florestais, castanha-do-pará, borracha, pequi e frutas, beneficiando os povos indígenas, agricultores familiares e extrativistas, promovendo o bem-estar social e econômico dessas populações e a sustentabilidade (BNDES, 2019).

As atividades desenvolvidas pelo projeto foram divididas em três sub-regiões. A primeira sub-região, Parque Indígena do Xingu (PIX) no estado do MT, atendeu a Associação Indígena Moygu Comunidade Ikpeng (Aimci) e a Associação Indígena Kisêdjê (AIK). A segunda sub-região Cabeceiras do Xingu e BR-158 no estado do MT, abrangeu a Operação Amazônia Nativa (OPAN), Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção (ANSA), Associação Terra Viva de Agricultura Alternativa e Educação Ambiental (ATV) e Associação Comunitária Agroecológica Estrela da PAZ (Acaep), e a terceira sub-região Terra do Meio no estado do PA, envolveu a Associação Agroextrativista Sementes da Floresta (Aasflor), Associação Extrativistas do Rio Iriri e Maribel (Aerim), Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Rio Xingu (Amomex), Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Riozinho do Anfrísio (Amora) e Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Rio Iriri (Amoreri) (BNDES, 2018).

As ações realizadas pelo projeto foram desde o fortalecimento e apoio nas comercializações de produtos da floresta, parcerias comerciais, até a construção de miniusinas e cantinas e envolveram diversas ações (BNDES, 2018).

Na primeira sub-região, através das ações da Aimci, houve a estruturação da cadeia produtiva de sementes florestais, que contou com a participação de 150 indígenas. Esses esforços resultaram na construção de quatro casas de sementes em três aldeias e um polo, e no desenvolvimento de uma publicação tratando sobre o tema. Ainda no PIX, através das atividades realizadas pela AIK, houve a reabilitação de 60 hectares de pastagens degradadas, por meio do consórcio de pequi e outras frutas. Além disso, a associação também possibilitou a produção e comercialização do óleo de pequi, com a compra de equipamentos agrícolas (BNDES, 2018, 2019).

A OPAN beneficiou o povo Xavante com ações que envolveram a construção de uma casa de sementes, um viveiro de mudas e um sistema de captação de água. A associação também articulou um encontro com outros coletores de sementes, o que favoreceu a troca de saberes. Em São Félix do Araguaia (MT), a ANSA apoiou a reforma da fábrica Araguaia Polpas de Frutas, que voltou a funcionar após isso, além da compra de equipamentos e um veículo para apoiar as famílias do assentamento. Dentre as ações houve a compra de 14 freezers e desenvolvidos materiais de apoio a divulgação dos produtos

(BNDES, 2018, 2019). Também foram estruturadas casas de sementes em São Félix do Araguaia (MT) com o apoio da ANSA (BNDES, 2018).

Nos municípios de Porto Alegre do Norte (MT) e Canabrava do Norte (MT), houve a organização da cadeia de sementes florestais e da produção de mudas voltadas ao plantio de sistemas agroflorestais, com apoio da ATV (BNDES, 2018). No assentamento Brasil Novo em Querência (MT), o projeto apoiou ações da Acaep, que foram voltadas para a reforma da fábrica de polpas, produção, armazenamento e comercialização. Além disso, os agricultores do assentamento construíram um viveiro de mudas que gerou cerca de 3 mil mudas por ano e foram plantadas em seus próprios lotes (BNDES, 2018, 2019).

Na Terra do Meio, considerando a organização territorial das associações, as atividades desenvolvidas foram conjuntas, envolvendo as cinco associações, Aasflor, Aerim, Amomex, Amora e Amoreri, voltadas para a construção de miniusinas e cantinas, além disso, foi estabelecido um sistema de capital de giro administrado pelas próprias comunidades e parcerias para vendas dos produtos (BNDES, 2018, 2019).

Nas comunidades Praia Grande (Amora), Baliza (Amomex) e São Lucas (Amoreri), foram construídas três miniusinas (BNDES, 2019). As miniusinas são utilizadas para beneficiar os produtos da floresta (Postigo; Reis; Lima, 2020). Nas três reservas extrativistas (Resex) da Terra do Meio, foram construídos vinte cantinas e vinte sistemas de capitais de giro. Essas cantinas comercializaram cerca de nove produtos e o capital de giro chegou a R\$ 347.8 mil (BNDES, 2018). As cantinas são espaços coletivos, usados para organizar as vendas dos produtos e administrar um capital de giro. O capital é usado para pagar o produtor no ato da entrega da produção, sem precisar esperar o pagamento pelo comprador final (Postigo; Reis; Lima, 2020). As miniusinas e as cantinas são usadas como ponte para comercializar nacionalmente os produtos advindos da floresta, são desses locais que os produtos partem para a Altamira e de lá, para demais destinos no Brasil (Postigo; Reis; Lima, 2020).

O fortalecimento do selo Origens Brasil, ampliou as oportunidades de comercialização das comunidades. A partir disso, foram firmadas parcerias com empresas como a Firmenich (cadeia de copaíba), Mercur (cadeia de látex) e Wilckbold (cadeia de castanha). Também foram estabelecidas parcerias com a empresa Atina que comercializa a farinha do mesocarpo de babaçu, e com a empresa Tucum, para compras de artesanato (BNDES, 2018, 2019).

Em relação as ações consideradas integradas, há destaque para o fortalecimento da Rede de Sementes do Xingu, que passou a atuar em 17 municípios do estado do PA e MT, na região Xingu/Araguaia, e envolveu aproximadamente 600 coletores indígenas e agricultores familiares. Outro destaque foi a implementação de um projeto-piloto de certificação de origem com o selo Origens Brasil, gerando valor agregado aos produtos da Bacia do Xingu. Além disso, foi firmada uma parceria com a Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat), com o objetivo de implantar um laboratório de análise de sementes, o que favoreceu a qualidade das sementes coletadas e negociadas. Também houve avanço na parte técnica da produção e vendas das sementes, através de capacitações e do desenvolvimento de materiais educativos para os coletores. Por fim, foi criado um banco de dados através de novas parcerias comerciais, com o intuito de facilitar as negociações entre as comunidades e empresas. Resultante disso, uma empresa alimentícia passou a obter castanha-do-pará das Resex e a utilizar o selo Origens Brasil nos produtos (BNDES, 2018, 2019).

5.2 Potencial Contributivo para o Fortalecimento de Práticas Produtivas Sustentáveis e Governança Regional

Os resultados alcançados pelo projeto contribuíram para quatro efeitos diretos da categoria (1) produção sustentável, do Quadro Lógico do Fundo Amazônia (BNDES, 2019), como veremos adiante.

Em relação ao efeito direto 1.1 “atividades de uso sustentável da floresta e da biodiversidade fortalecidas na Bacia do Rio Xingu”, o faturamento anual com produtos in natura foi de R\$ 483 mil e com produtos beneficiados, R\$ 189 mil. O que resultou em um aumento de mais de 50% no total comercializado, representando um ganho acumulado de R\$ 682 mil entre 2014 e 2017 (BNDES, 2019).

O efeito direto 1.2 “cadeias dos produtos agroflorestais com valor agregado ampliado na Bacia do Rio Xingu”, teve um resultado bem abaixo do esperado em relação número de agricultores que tiveram acesso aos mercados institucionais – Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) ou a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), com a participação de apenas 2

agricultores, inferior à meta de 30 agricultores. Contudo, o número de parcerias comerciais atingiu resultados significativos, superando a meta ao alcançar 4 parcerias a mais do que o estipulado. Essas novas parcerias envolveram empresas do setor de cosméticos, alimentício e artesanato (BNDES, 2019).

O efeito direto 1.3 “capacidades gerencial e técnica ampliadas na Bacia do Xingu para a implantação de SAFs, produção agroextrativista e beneficiamento de produtos agroflorestais”, atingiu números bem expressivos, superando as metas estabelecidas pelo projeto. A iniciativa capacitou cerca de 1.327 pessoas e beneficiou 1.642 famílias (BNDES, 2019). De acordo com o Relatório Anual de Atividades do Fundo Amazônia (2019), esses dois indicadores representam resultados relevantes em dois aspectos centrais para a produção sustentável na Amazônia: capacitação e assistência técnica.

Quanto ao último efeito direto alcançado pelo projeto, 1.4 “áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas para fins econômicos e de conservação na Bacia do Xingu”, os resultados também foram expressivos e positivos. O reflorestamento com o consórcio de pequi ultrapassou a meta de 60 há, chegando a 2.046 ha. Enquanto a produção de mudas chegou a 19.200, ultrapassando a meta estabelecida (BNDES, 2019).

Tabela 2 – Metas e resultados alcançados pelo projeto

INDICADOR	META	RESULTADO
Faturamento anual com produtos in natura (uso sustentável)	Não definida	R\$ 483 mil/ano
Faturamento anual com produtos beneficiados (uso sustentável)	Não definida	R\$ 189 mil/ano
Nº de agricultores que acessaram os mercados institucionais (PAA, Pnae, PGPM-Bio)	30	2
Número de parcerias comerciais estabelecidas (Aasflor e ANSA)	2	6
Nº de indivíduos capacitados	980	1.327
Número de famílias beneficiadas com assistência técnica	480	1.642
Área reflorestada com sementes e mudas da Rede Xingu	60 ha	2.046 ha
Quantidade de mudas produzidas	12.000	19.200

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Relatório Anual de Atividades do FA (2019).

Os resultados obtidos pelo projeto evidenciam o potencial das práticas produtivas sustentáveis para promover renda na região e a conservação ambiental. Contudo, o projeto também apresentou alguns riscos e aprendizados relevantes durante a sua execução. Entre os principais desafios, destacou-se o prazo limitado para estruturar as cadeias produtivas em regiões distantes, já que esse processo exige uma estratégia de longo prazo, que muitas vezes ultrapassa o período de execução do projeto. Outro obstáculo foi o fato de o projeto realizar

ações separadamente, em territórios indígenas diferentes, com outras etnias, o que dificultou a ação conjunta das atividades. Nesse sentido, a solução foi criar uma dinâmica com representantes de cada comunidade, o que viabilizou a comunicação entre os grupos. A insuficiência de um capital de giro para aquisição antecipada da safra foi um desafio, especialmente para a cadeia de castanha-do-pará (BNDES, 2019).

Em relação às lições obtidas, destacam-se a importância de parcerias institucionais pré-existentes como a da aglutinadora com as aglutinadas decorrente de outros projetos viabilizando a continuidade das ações, a criação de ferramentas de participação com representantes indígenas que fortaleceram a gestão local e o bom desempenho das cantinas comunitárias. Além disso, a atuação da Rede de Sementes do Xingu em diversos municípios permitiu suprir falhas de produção, possibilitando a entrega continuada de sementes, utilizando a técnica “muvuca de sementes”, que consiste no plantio direto e misto de diversas sementes, baseado em princípios agroecológicos (BNDES, 2019).

O projeto Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu contribuiu para o fortalecimento de práticas produtivas sustentáveis na região, conforme figuras anexadas, aumentando as oportunidades de comercialização dos produtos da floresta, que são menos competitivos em relação às monoculturas. O apoio a iniciativas como o selo Origens Brasil e a estruturação de miniusinas de óleos, respeitando a realidade local e os saberes tradicionais, agregou valor à produção e promoveu o equilíbrio econômico das comunidades (BNDES, 2019).

Ademais, o estabelecimento de vínculos de longo prazo nas cadeias de valor dos produtos da floresta contribuiu para o aprendizado coletivo. Em nível local e regional, o projeto fortaleceu a governança comunitária através da articulação conjunta no território. Além disso, também ampliou o conhecimento das empresas sobre os fornecedores, resultando no conhecimento aprofundado das práticas produtivas sustentáveis e nos modos de vida ligados à floresta (BNDES, 2019).

A iniciativa demonstrou que é possível promover o desenvolvimento sustentável na região do Xingu, através dos recursos provenientes do Fundo Amazônia. Nesse sentido, cabe mencionar que o Fundo recebe críticas pertinentes quanto ao uso de seus recursos para financiar ações que são de atribuição do Estado, como fiscalização ambiental, fortalecimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e combate a incêndios florestais (Marcovitch; Pinsky,

2019; Areal, 2020), o que pode comprometer o potencial do Fundo Amazônia como indutor do desenvolvimento sustentável na Amazônia.

No território do Xingu, a governança do Fundo Amazônia se operacionalizou por meio dos recursos repassados pelo BNDES ao ISA (instituição aglutinadora), que por sua vez, distribuiu para as doze aglutinadas realizarem ações nas comunidades locais. Essa articulação evidencia de maneira prática a governança policêntrica do Fundo Amazônia.

O projeto Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu fortaleceu cadeias produtivas florestais na região, beneficiando comunidades indígenas, extrativistas e rurais. Entre os resultados, destacam-se o reflorestamento de mais de 2 mil hectares, a capacitação de 1.327 pessoas e o apoio técnico a 1.642 famílias. Contudo, alguns dos desafios enfrentados, como o prazo limitado de execução do projeto, a dificuldade de atuar em diferentes territórios e a falta de capital de giro, evidenciam a importância de adotar estratégias de longo prazo.

Com o investimento do Fundo Amazônia, também foi possível estruturar miniusinas e cantinas comunitárias. Essas ações estimularam a produção, agregaram valor aos produtos comercializados e ampliaram o acesso a mercados, gerando renda com base nos produtos da floresta.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa atingiu o objetivo geral proposto de compreender como os mecanismos de governança e investimentos do Fundo Amazônia tem fortalecido o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis, descrevendo sua efetividade a partir da experiência do projeto Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu.

E em resposta aos objetivos específicos, foi possível descrever o histórico, a estrutura e os principais mecanismos de funcionamento e governança do Fundo Amazônia, destacando a sua forma de gestão, critérios de aplicação dos recursos e articulação com políticas públicas. Relacionado ao segundo objetivo, foi analisada a experiência na região do Xingu, evidenciando os resultados significativos como as capacitações, o reflorestamento de áreas degradadas e a ampliação das oportunidades de comercialização dos produtos da floresta. Em terceiro, foi realizada a identificação de potencialidades e desafios enfrentados durante a execução do projeto.

O estudo evidenciou que o Fundo Amazônia é um importante instrumento de financiamento voltado à conservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável da Amazônia. Ao apoiar projetos voltados para atividades produtivas sustentáveis, contribui para o bem-estar social e econômico das populações dessa região que possui um histórico de devastação e uso desenfreado de seus recursos naturais.

A experiência do projeto, oferece contribuições significativas quanto as práticas produtivas sustentáveis e a governança local. Mesmo que localizada em um território específico, a iniciativa pode servir de base para o desenvolvimento de políticas e ações de fomento ao desenvolvimento em outras regiões da Amazônia.

Embora o estudo possua limitações por tratar-se de uma revisão e análise documental, a pesquisa sistematiza e evidencia boas práticas que podem ser replicadas em outros contextos.

A articulação entre os múltiplos atores na execução do projeto, demonstra a importância de uma governança policêntrica e do fortalecimento da gestão local e regional. Além disso, o cenário atual evidencia a relevância de iniciativas como esta. A realização da COP-30, em Belém do Pará, colocará a Amazônia no centro do debate sobre as mudanças climáticas. Nesse contexto, o projeto implementado na região do Xingu pode ser usado como exemplo de que é possível aliar a geração de renda ao desenvolvimento sustentável na Amazônia. Assim, mecanismos como o Fundo Amazônia são essenciais não apenas pelo financiamento, mas também por estimular arranjos de governança inclusivos, descentralizados e territorialmente enraizados.

Concluo este estudo com a expectativa de que a análise documental realizada incentive novas pesquisas voltadas para o acompanhamento dos financiamentos realizados pelo Fundo Amazônia, especialmente na categoria de fomento às práticas produtivas sustentáveis na Amazônia Legal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, D. G. F. **Avaliação da efetividade do Fundo Amazônia na redução do desmatamento na Amazônia Legal, no período de 2008 a 2016.** 2016

AMAZÔNIA 2030 [livro eletrônico]: **bases para o desenvolvimento sustentável.** - Belém, PA: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2023.

AREAL, G. R. E. **Fundo Amazônia e as estratégias regulatórias.** 153p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2020.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Relatório Anual de Atividades do Fundo Amazônia, 2009.** Disponível em: https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/rafa/RAFA_2009_port.pdf. Acesso em: 16 abr. 2025.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Relatório Anual de Atividades do Fundo Amazônia, 2012.** Disponível em: https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/rafa/RAFA_2012_port.pdf. Acesso em: 10 mai. 2025.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Projeto Fundo Amazônia: apoio às cadeias produtivas sustentáveis na região do Xingu.** Revisado em 28 fev. 2013. Disponível em: https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/.galleries/documentos/fundo-amazonia/Documento_de_Projeto_Fundo_Amazonia_fev_2013.pdf. Acesso em: 15 jul. 2025.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Relatório de avaliação de resultados: Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu** – Instituto Socioambiental (ISA). Período de Implantação do projeto: 01/04/2017 a 31/08/2017. 2018. Disponível em: https://site-antigo.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/blog/pdfs/relatorio_final_do_projeto_sociobiodiversidade_do_xingu.pdf Acesso em: 17 de jul. 2025.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Relatório Anual de Atividades do Fundo Amazônia, 2019.** Disponível em: https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/rafa/RAFA_2019_port.pdf Acesso em 20 jul. 2025.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Relatório Anual de Atividades do Fundo Amazônia, 2023.** Disponível em: https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/rafa/RAFA_2023_port.pdf. Acesso em: 19 abr. 2025.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Relatório Anual de Atividades do Fundo Amazônia, 2024.** Disponível

em: https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/rafa/RAFA_2024_port.pdf. Acesso em 30 mai. 2025.

BECKER, B. K. **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários**. Parcerias estratégicas, v. 12, n. 1, p. 135-59, 2001.

BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos avançados, v. 19, p. 71-86, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008**. Dispõe sobre o estabelecimento do Fundo Amazônia pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -BNDES. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6527.htm. Acesso em: 13 mai. 2025.

BRASIL, **Decreto nº 8.773, de 11 de maio de 2016**. Altera o Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008, que dispõe sobre o estabelecimento do Fundo Amazônia pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8773.htm#art1. Acesso em 05 mai. 2025.

COSTA, M. G. S. **O impacto do fundo Amazônia para o fortalecimento de organizações da sociedade civil (OSC) amazônicas brasileiras**. 2024.

DA SILVA, A. T..**Relações internacionais e meio-ambiente: construindo uma agenda de governança policêntrica**. Revista Humanitas, v. 22, n. 1/2, p. 7-26, 2006.

DE ARAÚJO, G. P. **Governança Ambiental na Gestão Pública para o enfrentamento às mudanças climáticas: desafios enfrentados pelos pequenos municípios**. Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais, n. 31, p. 121-139, 2021.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo, Atlas, 2017.

EHRINGHAUS, C. coord. **Oportunidades de Apoio a Atividades Produtivas Sustentáveis na Amazônia: Subsídios para debate**. Documento de subsídio elaborado no âmbito do Projeto “Cooperação com o Fundo Amazônia/BNDES” pela Cooperação Alemã de Desenvolvimento Sustentável, representada pela Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH. Brasília, dez. 2012. Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/biblioteca/GIZ-Estudo-Oportunidades-APS-Resumo.pdf>. Acesso em 13 jul. 2025.

FRANCO, V. S.; SOUZA, E. B.; LIMA, A. M. M.; **Cheias e vulnerabilidade social: estudo sobre o rio Xingu em altamira/Pa**. Ambiente & Sociedade n São Paulo. Vol. 21, 2018; 21 e 01573. Disponível em <https://www.scielo.br/j/asoc/a/3fKwyDkQ6bHPR7pJTHrHHKx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15/07/2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOUVÊA, C. T. **O processo de ocupação humana da Amazônia brasileira e suas consequências**. Revista (Re)Definições das Fronteiras, [S. l.], v. 2, n. 6, p. 98–121, 2024. DOI: 10.59731/rdfv2i6.90.

GUIMARÃES, L. F. Fundo Amazônia – **Uma Visão Sobre a Governança**. In: Fundo Amazônia – Cooperação Internacional e Gestão Brasileira, p. 13-30, 2014.

GUIMARÃES, M. S. F. **A trajetória do Fundo Amazônia: configuração, estabilidade, paralisação e retomada analisada por meio do modelo de equilíbrio pontuado**. Brasília: Enap, 2023. 96 f.: il.

JACOBI, P. R.; SINISGALLI, P. A. A. **Governança ambiental e economia verde**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 17, n. 6, p. 1469-1478, 2012.

JÚNIOR, P. R. O. **Agricultura familiar e práticas sustentáveis na Amazônia brasileira**. Belém: Editora UFPA, 2020.

KADRI, N. M.; PIMENTA R. **A busca da capilaridade por meio de parcerias em políticas públicas: a experiência do Fundo Amazônia**. 2018.

KADRI, N. M.; SKAF, A. A., de FREITAS, M. B.; SOEIRO, D.R.; ANACHE, B.; BUDI, J.; HOEFLINGER, T. **Fundo Amazônia: financiamento climático em prol da conservação e do desenvolvimento sustentável da Amazônia**, 2020.

MARCOVITCH, J.; PINSKY, V. C. **Amazon Fund: financing deforestation avoidance**. Revista de Administração, v. 49, n. 2, p. 280-290, 2014.

MARCOVITCH, J.; PINSKY, V. C. **Um retrato da Amazônia planetária**. Revista de Estudios Brasileños, v. 6, n. 11, p. 169-183, 2019.

MARCOVITCH, J.; PINSKY, V. C. **Bioma Amazônia: atos e fatos**. Estudos Avançados, v. 34, p. 83-106, 2020.

MMA, **Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC)**, 2008. Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/estruturas/smcq_climaticas/_arquivos/plano_nacional_mudanca_clima.pdf. Acesso em: 12 mai. 2025.

MOURA, P. H.C. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável na Amazônia: desafios e perspectivas**. Belém: Editora UFPA, 2021.

MOUTINHO, P; STELLA, O; LIMA, A; ALENCAR, A; CHRISTOVAM, M; CASTRO, I; NEPSTAD, D. **REDD no Brasil: um enfoque amazônico. Fundamentos, critérios e estruturas institucionais para um regime nacional de Redução de Emissões**, 2011.

NETO, D. A. L. **Avanços e retrocessos na governança do Fundo Amazônia**. Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas, n. 15, p. 262-281, 2023.

NOSSA comunidade global. **Relatório da Comissão sobre Governança Global**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

OLIVEIRA, M. F. **Simplicio de Agricultura familiar e geração de renda na Amazônia brasileira: o caso do estado do Pará**. Belém: UFPA, 2020.

OLIVEIRA, R. C. R. **Novo Perfil da Regulação Estatal: administração pública de resultados e análise de impacto regulatório**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2015.

PINTO, T. **Influência da governança do Fundo Amazônia e do Fundo Verde do Clima e o seu potencial para financiar as ações voltadas às Contribuições Nacionais Determinadas na região da Amazônia**, 2018. In. MARCOVITCH, J, p. 119-133.

POSTIGO, A.; REIS, C.; LIMA, F. **Os povos tradicionais da Terra do Meio e o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável no Xingu (PDRSX): os caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Instituto Socioambiental, 2020. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/prov0277.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2025.

SILVA, E. F. F. **A sustentabilidade na agricultura familiar: reflexões a partir da Amazônia**. Belém: Editora da UFPA, 2018.

SILVA, F. L.; PENA, H. W. A.; OLIVEIRA, F. A. **A dinâmica da ocupação da Amazônia brasileira: do interesse político e econômico aos conflitos socioambientais**. Revista Caribeña de Ciencias Sociales, n. 2015_01, p. 01-22, 2015.

SIMAS, D. C. S.; LIMA, J. S.; SALES, R. A. C.; NORTE, N. N. B. O.; NORTE FILHO, A. F.; SILVA, E. C. E.; CAVALCANTI, C. C. A. T.; MARINHO, E. A.; PAIVA J. C. A. V.; SOUZA, A. P.; JUSTINIANO, J. S.; SOUZA J. A. M.; LIMA, N. A.; FERNANDES, T. B.; DUARTE, E. R. **Governança ambiental: estrutura e desafios para a sustentabilidade na Amazônia**. Contribuciones a Las Ciencias Sociales, [S. l.], v. 17, n. 9, p. e10502, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.9-162. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/10502>. Acesso em: 28 mai. 2025.

ANEXOS

Figura 2 – Beneficiamento de coco babaçu na miniusina.

© ANNA MARIA ANDRACKE/ISA, 2014



Cacho de coco babaçu (no alto) e secagem de amêndoas de babaçu na miniusina de beneficiamento da localidade Rio Novo, Resex Rio Iriri (PA).

© MARCELO SALAZAR/ISA, 2011

Fonte: www.fundoamazonia.gov.br

Figura 3 – Etapas de processamento da castanha na miniusina.

© LOPOLYRA BURELL/ISA, 2014



Etapas do processamento de castanha-do-pará na miniusina da localidade Rio Novo, Resex Rio Iriri (PA).

© MARCELO SALAZAR/ISA, 2014

Fonte: www.fundoamazonia.gov.br

Figura 4 – Produtos beneficiados nas miniusinas.



FOTOS: © CLAUDIO TAVARES/ISA

Produtos da Terra do Meio preparados para comercialização.

Fonte: www.fundoamazonia.gov.br

Figura 5 – Cantina utilizada como centro logístico.



Cantina da localidade Paulo Afonso, Resex Riozinho do Anfrísio (PA).

© ROGERIO ASSIS/ISA, 2017

Fonte: www.fundoamazonia.gov.br

Figura 6 – Documento elaborado pelo projeto.

